

MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

TOOGOOD, Frank Edward, RU 2115253
(Bacharelado em História no Centro Universitário Internacional UNINTER)

BONFIM, Lucilia Maria Goulart De Andrade
(Orientadora convidada)

RESUMO

Um acontecimento pouco conhecido e estudado pelos brasileiros é o da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, ao contrário da muito mais conhecida e divulgada participação na Segunda Guerra, através da FEB-Força Expedicionária Brasileira, e dos “Pracinhas”. Esse artigo pretende contribuir com a pesquisa historiográfica sobre o tema, descrevendo as motivações para a participação, modesta, porém ativa, do Brasil na Primeira Guerra Mundial ou o “de como e por que tudo começou”. Aborda-se inicialmente os principais atores, os antecedentes, o panorama europeu, o contexto neocolonialista, a dominação mundial pelas potências imperialistas, o contexto social, econômico e militar. Em seguida, descreve-se o panorama brasileiro, os seus principais atores, um breve histórico desde a Proclamação da República, o contexto social, econômico e militar. O objetivo final é de, numa contribuição historiográfica, resumir em entendimento simples e objetivo, os motivos da decisão brasileira de mudar do estado de neutralidade para o reconhecimento do estado de guerra. A metodologia adotada foi qualitativa, bibliográfica e documental, com consulta a obras da historiografia disponíveis, artigos científicos, periódicos e imprensa da época. A pesquisa conclui que a decisão para a mudança de posição brasileira pode ser resumida no fato de que o ambiente cultural e econômico brasileiro, tanto interno quanto em perspectiva internacional, somado ao exemplo dos Estados Unidos em participar da guerra, mais as manifestações nacionalistas e a pressão da imprensa, resultantes dos eventos diretos de torpedeamento de navios brasileiros, levaram o governo, mesmo que de forma tardia, a deixar sua posição de neutralidade, e reconhecer o estado de guerra com o Império Alemão.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial. Primeira República. Brasil na Primeira Guerra Mundial. Tríplice Aliança. Tríplice Entente. Wenceslau Brás.

1. INTRODUÇÃO

A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, é acontecimento pouco conhecido e pouco estudado na nossa historiografia (DARÓZ,2016, p. 11) especialmente se comparado à mais volumosa documentação existente sobre a

participação posterior do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através da FEB-Força Expedicionária Brasileira, e dos “Pracinhas”.

Esse evento, que faz parte do contexto histórico da Primeira República, em especial no governo Wenceslau Brás, causou diversas consequências nos períodos históricos subsequentes, que levaram, por exemplo, ao incremento de nossa industrialização, ao surgimento do movimento tenentista, à queda da Primeira República, à Revolução de 30, ao Estado Novo, à participação brasileira na 2ª guerra, e finalmente, numa sequência histórica de causa e efeito, aos acontecimentos do golpe civil-militar de 1964. Faz parte, portanto, e de forma fundamental, da historiografia que permite entendermos o nosso presente.

Devido a isso, consideramos oportuna a existência de mais contribuições historiográficas sobre o tema, e para tanto produzimos o texto abaixo, procurando responder às seguintes questões:

- Por que o Brasil decidiu participar da Primeira Guerra Mundial?
- Quais foram os principais eventos que levaram a isso?
- Quais eram as condições existentes no mundo, e em especial no Brasil, que levaram o governo brasileiro na Primeira República a deixar sua posição de neutralidade, e reconhecer o estado de guerra com o Império Alemão, inclusive participando em algumas ações do esforço de guerra?

2. O BRASIL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

2.1 O Brasil e o mundo no contexto

Para entendermos as causas da participação brasileira na primeira guerra, temos antes de ter uma visão de sua inserção na realidade mundial, e do que estava acontecendo, (em especial na Europa), de como era o ambiente econômico e político, quem eram os principais atores e o que ocasionou o início da Primeira Guerra Mundial propriamente dita.

2.2 O mundo em 1914

Desde a década de 1870 o mundo vivia de forma mais intensa o neocolonialismo europeu, com a disputa pelos espaços econômicos entre os principais Impérios: o Império Britânico, o Império Austro-Húngaro, o Império Russo,

a França Republicana, o recém emergente Império Germânico, além do decadente Império Otomano. Alguns outros países também participavam dessa disputa em menor escala, como a Itália, a Bélgica, Países Baixos, Portugal e Dinamarca, entre outros, além dos casos especiais dos Estados Unidos e Japão.

Analisemos de forma sucinta alguns deles: O Império Britânico estava no auge de seu poder econômico e militar, em especial em decorrência da sua situação geográfica, de sua estabilidade política e do seu pioneirismo na revolução industrial. Dominava enormes extensões de território, na África, Ásia (especialmente a gigantesca Índia), América (Canadá) e Oceania (Austrália e Nova Zelândia), de forma direta, (ou indiretamente através do colonialismo econômico), e sempre contando com sua poderosa marinha de guerra.

A população estimada em todo Império Britânico em 1914 era de cerca de 423 milhões de habitantes, tendo as ilhas britânicas 41 milhões de habitantes, cerca de 9,5% do total. Era um dito popular na época que o império britânico era o “país” onde o sol nunca se punha, pois, realmente, em algum lugar dos vários territórios dominados pelo Império Britânico sempre seria dia.

O Império Austro-Húngaro, com grande população (52 milhões) dividida em diversos povos e etnias, apesar de estar enfraquecido, em especial após perder a guerra com a Prússia em 1866, ainda possuía um considerável poder econômico e militar. Da mesma forma que seu rival histórico, o Império Otomano, sofria de problemas internos com os anseios nacionalistas, em maior ou menor grau, de muitos dos povos que formavam seu império. Tinha rivalidades históricas com seus vizinhos: ao norte, com o Império Russo, ao leste, com o Império Otomano, e ao sul, atritos com a recém independente (1903), pequena, eslava, ultranacionalista e agressiva Sérvia. Tinha uma estreita aliança com seu vizinho mais forte ao oeste, o Império Germânico.

O Império Russo, possuindo dentre todos as maiores extensões de terra, abrangendo do oeste da Europa ao Oceano Pacífico ao leste, com uma população de cerca de 180 milhões de habitantes, por sua vez, era considerado o mais atrasado social e economicamente, vivendo em muitos aspectos de forma medieval. Mesmo assim, possuía o maior exército terrestre do mundo, (1,3 milhão de homens) (SONDHAUS, 2015, p. 30), ainda que esse fosse deficiente e mal preparado. Praticava e estimulava o conceito de “pan-eslavismo”, em que se assumia como defensora dos demais povos de origem eslava e cristãos ortodoxos, em algumas regiões otomanas ainda remanescentes na Europa, e em especial nos Balcãs, entre

eles a pequena Sérvia, o que era mais um componente nos conflitos com o Império Austro-Húngaro (e com o Império Otomano).

A França Republicana, não sendo um império, era, porém, colonialista, com diversas possessões na África, América e Extremo Oriente. A França continental possuía na época uma população de cerca de 40 milhões de habitantes. A França havia sido derrotada na guerra franco prussiana em 1871, e por consequência perdido territórios na fronteira com a Alemanha (Alsácia e Lorena). Ela se considerava por isso humilhada, ansiando por vingança e retomada desses territórios, no fenômeno conhecido como “franco revanchismo”.

O Império Germânico, recém constituído em 1871, através da união de diversos estados, reinos e principados, (constituídos de populações com identidade germânica em comum, parte dos remanescentes do antigo Sacro Império Romano-Germânico), e liderado pelo agressivo e militarizado reino da Prússia, tinha ambições de expansão colonialista, em especial nas regiões asiáticas e africanas. Possuía uma população de cerca de 67 milhões de habitantes. Por ter se formado como Estado tardiamente, em relação às demais potências (assim como a Itália), a Alemanha considerava que possuía poucos territórios além mar. No famoso discurso ao parlamento germânico em dezembro de 1887, o primeiro-ministro Bernhard von Bulow afirmou : “... não queremos deixar ninguém na sombra, mas exigimos nosso lugar ao sol.” (MAC MILLAN, 214, p. 116). Seu comércio e indústria já estavam entre os mais desenvolvidos na Europa, em especial o de produtos químicos e siderúrgicos. Sua capacidade de produção bélica era muito desenvolvida. Tinha iniciado ao final do século XIX um ambicioso projeto de expansão naval, tentando, senão sobrepujar, ao menos ameaçar a hegemonia naval do Império Britânico.

O Império Otomano, outrora poderoso, e agora em franca decadência, mas ainda dominando grandes extensões de terra e diversas populações, na Europa, África e Oriente Médio. Já havia perdido muitos dos seus territórios na Europa e África, e alguns dos demais estavam com movimentos nacionalistas em ebulição. Sua população multiétnica era de cerca de 46 milhões de habitantes. Mesmo assim, ainda possuía um respeitável poder militar, inclusive estando em 1914 sendo assessorado por oficiais do exército alemão.

O Reino da Itália, que havia se constituído como estado em 1860, relativamente tarde em relação aos demais países europeus (da mesma forma que o Império Alemão), era menos desenvolvido militar e economicamente que os demais países

colonialistas, possuindo uma população de cerca de 35 milhões de pessoas. Detinha algumas colônias além mar, especialmente no norte da África. Havia tentado a conquista da Etiópia em 1896, mas foi derrotada por esse país, num dos raros exemplos de êxito na resistência à conquista colonial. Aderiu ao tratado de mútua proteção da Tríplice Aliança, mas ao início da guerra decidiu mudar de lado e combater o Império Austro-húngaro, com o interesse de retomar terras fronteiriças no Alpes, que considerava ser historicamente solo italiano.

Os Estados Unidos, despontando como potência econômica regional, influenciava as nações centro e sul-americanas, através da Doutrina Monroe. Havia assumido vários territórios da Espanha após a guerra Hispano Americana em 1899 (Cuba, Porto Rico, Filipinas).

Embora a posição futura da América como superpotência econômica mundial já estivesse assegurada pelo ritmo e pelo ímpeto de sua industrialização, o produto industrial europeu ainda era o dobro do que o americano, e os principais avanços tecnológicos ainda provinham basicamente do Velho Continente (HOBSBAWM, 1988, p.27).

No Oriente, o Japão, após a extinção do xogunato em 1867, iniciava o seu próprio processo de modernização econômica e militar. Havia chamado a atenção e conquistado o respeito mundial, ao derrotar o Império Russo na guerra russo-japonesa de 1905, e iniciava o seu projeto expansionista colonialista, às custas principalmente da China.

O período que vai de 1871 a 1914, que ficou conhecido como a “*Belle Époque*”, conforme Daróz:

foi um período de cultura cosmopolita na história da Europa, que começou no fim do século XIX, com o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Foi uma época marcada pelo otimismo e por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano. (DARÓZ, 2016, p. 39)

Ocorreram grandes avanços materiais, culturais e científicos nesse período, que possibilitaram um ganho de qualidade de vida a milhões de pessoas. Porém, esse mesmo período também ficou conhecido como o da “*Paz Armada*”. Os principais países, disputavam o espaço econômico e territorial mundial, temiam e desconfiavam uns aos outros, e conseqüentemente, num círculo vicioso, se armavam, constituindo exércitos e frotas navais.

Como parte da estratégia de defesa, formaram-se acordos, tratados e alianças, (alguns conhecidos publicamente, outros secretos), como a “Tríplice Aliança”, formada pelo Império Germânico, Império Austro-Húngaro e Itália, com a posterior adesão do Império Otomano, e a “Tríplice Entente”, formada pelo Império Britânico, França e Império Russo. Mais tarde, no transcorrer da guerra, a Itália deixaria a “Tríplice Aliança”, aderindo à “Tríplice Entente”, e o Império Russo, após a Revolução Russa em 1917, deixaria a “Tríplice Entente”, sendo porem substituído pelos Estados Unidos.

Todos estavam prontos, muitos inclusive só aguardando um incidente para o início da guerra, o que ocorreu em 28 de junho de 1914. Nessa data o herdeiro do Império Austro-Húngaro, arquiduque Francisco Ferdinando, e sua esposa, foram assassinados por terroristas nacionalistas bósnios, em Sarajevo, capital da Bósnia Herzegovina, antigo território otomano, que havia se tornado inicialmente um protetorado, e recentemente anexado pelo Império Austro-Húngaro. Esse atentado contou com planejamento, estímulo e apoio logístico da sociedade secreta nacionalista sérvia “Mão Negra”, formada e liderada em grande parte por oficiais do exército sérvio.

Após um ultimato, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Servia em 28 de julho de 1914. Na sequência, o Império Russo, em apoio à Sérvia, declarou guerra ao Império Austro-Húngaro. Por sua vez o Império Alemão, pela política de alianças, declarou guerra ao Império Russo, e à França. No ataque à França, o Império alemão estrategicamente invadiu a pequena e neutra Bélgica, o que fez o inicialmente cauteloso Império Britânico declarar guerra contra a Alemanha. O Império Otomano logo em seguida aderiu à Tríplice Aliança. No Oriente o Japão invadiu a colônia alemã de Kiautchau, na China.

Uma vez postos em marcha os diversos planos militares, já não era mais possível voltar atrás. Estava iniciado o conflito que duraria mais de 4 anos, terminando em novembro de 1918 com um saldo estimado de mais de 16 milhões de mortos, entre combatentes e civis.

2.3 O Brasil em 1914

A situação do Brasil em 1914 pode ser assim resumida: era um país atrasado em termos econômicos e sociais, quando comparado a potências coloniais do Ocidente. Sua economia era essencialmente agrária, com uma indústria incipiente, e

dependia essencialmente da exportação de produtos agrícolas, principalmente café e borracha, com uma população majoritariamente analfabeta e dominada por uma elite oligárquica.

Após a Proclamação da República em 1889 através de um golpe militar, o Brasil teve como seus dois primeiros presidentes os militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, em períodos conturbados e instáveis, com os episódios, por exemplo, de Canudos e da Revolta da Armada. Os governos seguintes, formados por civis, foram relativamente estáveis, garantindo a consolidação do poder republicano e o estabelecimento da chamada Primeira República, ou República Oligárquica.

“Oligarquia é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou família. De fato, embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado.” (FAUSTO, 2010, p.261).

Nesse período se praticava a política do “café com leite”, que era o acordo de alternância de poder entre as lideranças regionais oligárquicas, especialmente de São Paulo e Minas Gerais, com participação de outros grupos, como Paraíba e Rio Grande do Sul, entre outros. O acordo incluía a relativa autonomia dos Estados em relação ao Governo central, que em troca recebia o apoio dos Estados à nível federal.

Em 1910, devido a circunstâncias políticas regionais conflitantes, foi escolhido como presidente da República o militar Hermes da Fonseca, (que não por acaso era sobrinho de Deodoro da Fonseca). Seu governo foi marcado por uma série de perturbações e conflitos, em especial devido a sua política de intervenção direta nos Estados, o que contrariava os acordos oligárquicos anteriores. Finalmente, em 1º de março de 1914, foi eleito como 9º presidente da República o mineiro Wenceslau Braz, tomando posse em 15 de novembro desse ano. Devido aos conflitos anteriores, sua proposta era a de fazer um “governo de pacificação dos espíritos”.

Teve, contudo, em seu governo diversos desafios, como o de encerrar a “guerra do Contestado”, (conflito na divisa de Santa Catarina e Paraná); enfrentar as greves operárias, em especial a de 1917 em São Paulo; combater a gripe espanhola em 1918, que vitimou ao menos 35.000 brasileiros; e administrar a situação brasileira perante a Primeira Guerra Mundial.

O Brasil, ao início da guerra em 1914, procurou, (à exemplo dos demais países da América, em especial Estados Unidos), manter-se fora do conflito. Para tanto,

declarou sua neutralidade, respaldado pela convenção de Haia, através do Decreto 11.037 de 4 de agosto de 1914¹.

O Brasil dependia em grande escala de suas exportações do Agronegócio, principalmente do café, que em 1914 representava cerca de 60% do total de exportações, seguido de 20% de borracha (tabela 1).

BRASIL - PRINCIPAIS PRODUTOS DA EXPORTAÇÃO - em Percentagens			
PERÍODOS	CAFÉ	BORRACHA	DEMAIS PRODUTOS
1898-1910	52,7	25,7	21,6
1911-1913	61,7	20,0	18,3
1914-1918	47,4	12,0	40,6
1919-1923	58,8	3,0	38,2

Tabela 1

Fonte: Annibal Villanova Vilela e Wilson Suzigan, Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945, p.70 – in FAUSTO, Boris / História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. – p. 292.

O país importava quase todos os manufaturados de que necessitava, devido à sua incipiente indústria local. Não havia, portanto, interesse em indispor-se com nenhum dos países em conflito.

Porém, mesmo estando o Brasil em posição de neutralidade, havia grande simpatia da população em geral pelos países da Tríplice Entente, em especial pela França, devido à sua influência em nossa cultura à época. Poucos meses após o início do conflito, foi fundada no Rio de Janeiro a *Liga Brasileira pelos Aliados*, em apoio aos países da Tríplice Entente, por diversos intelectuais, políticos e jornalistas, tais como Graça Aranha, Barbosa Lima, Olavo Bilac e Manuel Bonfim, entre outros, sendo o seu presidente de honra Ruy Barbosa. Essa organização, assim como outras, difundia e defendia os ideais dos países aliados, Inglaterra, França e Rússia.

Existiam outros grupos de menor expressividade: os que defendiam a neutralidade, e de forma mais discreta, os defensores do Império Alemão, especialmente no sul do país, nas comunidades de imigrantes de origem alemã.

Alguns círculos militares, em especial o grupo conhecido como “os jovens turcos”, eram admiradores do poderoso, eficiente e disciplinado exército alemão. Os

chamados “jovens turcos” eram oficiais do exército, que em três turmas, entre 1908 e 1912, haviam sido enviados para estagiar dentro do exército do Império Alemão. O apelido era devido a um grupo de oficiais otomanos, que também estagiaram na Alemanha, e realizaram um golpe de estado na Turquia em 1908. Alguns desses jovens oficiais teriam papel de destaque na vida nacional nos anos seguintes, influenciando os anseios nacionalistas e de moralização do ambiente político. Entre outros, podemos citar os generais Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo (pai do ex-Presidente João Figueiredo), líderes da revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932. Porém, com o desenrolar dos acontecimentos, esses oficiais aderiram ao movimento pelo estado de guerra com o Império Alemão.

Com o seguimento do conflito na Europa, a situação econômica brasileira declinou, com impactos em sua situação social. Os salários diminuía, ao passo que os preços aumentavam. As exportações brasileiras reduziram em volume pela natural queda da demanda causada pela guerra, pela interrupção de investimentos europeus, pela restrição da Inglaterra à importação de café, (declarado produto não essencial, devido ao precioso espaço de carga nos navios, destinado a produtos mais vitais à sua alimentação e indústria), e pelos bloqueios marítimos, da Inglaterra em relação a Alemanha, e da Alemanha em relação a Inglaterra e França.

Essa diminuição nas exportações, além de impactar a renda dos exportadores, atingiu também o governo, com a perda nas receitas alfandegárias, somado aos compromissos assumidos com o pagamento de dívidas externas. Apesar de que parte das exportações eram destinadas aos Estados Unidos, ainda dependiam muito do mercado europeu.

Pressionado, o Brasil foi levado a enviar navios à Europa com cargas de exportação, principalmente de café, confiando nas regras internacionais de navegação para os países neutros, (navegações eram permitidas, desde que os navios estivessem devidamente identificados, e que não transportassem cargas que atenderiam às necessidades bélicas dos demais países, como armas e munições ou seus insumos).

Iniciaram-se efetivamente em 1917 os incidentes de ataques aos navios brasileiros, pelos submarinos alemães, que tinham ordens de afundar qualquer navio, independente da nacionalidade. Essa estratégia militar de bloqueio econômico às Ilhas Britânicas e França, através do bloqueio total a qualquer navegação, perdurou por breve período em 1915, mas havia sido interrompida pela comoção mundial,

quando do afundamento do navio de passageiros “Lusitânia”, com mais de 1.200 vítimas fatais. Conforme o desenrolar da guerra, a Alemanha retomou a campanha de afundamentos indiscriminados a partir de fevereiro de 1917.

Chegou a ocorrer um incidente de afundamento de navio navegando sob bandeira e identificação brasileira, o *Rio Branco*, em 3 de maio de 1916, porém foi constatado que o navio tinha sido cedido ao governo britânico, e navegava com tripulação norueguesa. Apesar desse afundamento ter provocado protestos no Brasil, o governo manteve sua posição de neutralidade de forma cautelosa.

No dia 5 de abril de 1917 o navio brasileiro *Paraná*, transportando carga de café, e navegando conforme as exigências de neutralidade, foi atacado por um submarino alemão próximo à costa da França, ocasionando a morte de três marinheiros brasileiros.

Com a notícia chegando ao Brasil, poucos dias depois, do afundamento do navio brasileiro, ocorreram diversas manifestações populares, com a depredação de lojas e estabelecimentos de origem alemã, principalmente em Porto Alegre, na Capital Federal e na cidade de Petrópolis. O ministro de relações exteriores, Lauro Müller, de origem alemã, e que era favorável à neutralidade na guerra, renunciou, assumindo o ministério Nilo Peçanha, um admirador de Rui Barbosa e favorável aos pensamentos da Liga Brasileira.

Em 11 de abril de 1917, apenas 5 dias após o ataque, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e a Áustria-Hungria, expulsando seu corpo diplomático. Em 20 de maio, o navio *Tijuca* foi torpedeado perto da costa francesa por um submarino alemão, morrendo um marinheiro. No dia 26 de maio de 1917, o navio brasileiro *Lapa* foi atingido por torpedo e três tiros do canhão de outro submarino alemão.

Em junho desse ano foi declarada a revogação do estado de neutralidade² ocasionando o confisco de 46 navios mercantes alemães e austríacos, (que estavam internados em portos brasileiros desde o início da guerra em 1914, conforme as regras de neutralidade em situação de guerra). Esses navios em sua maioria passaram a integrar a frota comercial brasileira.

Finalmente, em 23 de outubro, ocorreu o evento decisivo, em que o cargueiro brasileiro *Macao*, (antigo *Palatia*, um dos navios originalmente alemães e que havia sido confiscado poucos meses antes), foi torpedeado perto da costa da Espanha, e

seu comandante e um marinheiro feitos prisioneiros, sendo o seu paradeiro, junto com o dos demais tripulantes do submarino, desconhecido até hoje.

Assim que as notícias desse último incidente chegaram ao Brasil, motivado pela enorme indignação da sociedade, pela pressão da imprensa, e após a aprovação do Congresso Nacional, o presidente da República, Wenceslau Brás, assinou o decreto Nº 3.361 de 26 de outubro de 1917³, declarando o “reconhecimento do estado de guerra” com o Império Alemão.

Transcrevemos na íntegra esse decreto, conforme a sequência:

DECRETO Nº 3.361, DE 26 DE OUTUBRO DE 1917

Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo único: Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adotar as providencias constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa, nacional e segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações do credito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 96º da Independência e 29º da República.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Nilo Peçanha.

José Caetano de Faria.

Alexandrino Faria de Alencar.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

A. Tavares de Lyra.

É interessante observar que não houve, nesse decreto, uma declaração de guerra propriamente dita, mas um recurso linguístico para que se formalizasse algo que já estaria ocorrendo, ou seja, de que já haveria uma guerra em andamento iniciada pela Alemanha, tendo o Brasil tomado as providencias para sua própria defesa, inclusive autorizando orçamento para tanto. Isso teria evitado o precedente do Estado brasileiro realizar uma declaração de guerra a outro Estado, ao contrário

de sua tradicional posição internacional pelo pacifismo e solução de conflitos pela via diplomática.

Em paralelo a esses acontecimentos, os Estados Unidos, inicialmente neutro, estava com os ânimos abalados desde o incidente em 1915 com o afundamento do navio *Lusitânia*, em que se perderam 1.200 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, incluindo nesse número 128 cidadãos americanos. Esse episódio influenciou fortemente a opinião pública norte americana a favor da entrada do país na guerra, assim como o episódio do ataque japonês a Pearl Harbor também faria o mesmo em 1941.

Devido à ocorrência de mais episódios de afundamentos de navios de bandeira americana por submarinos alemães, ao início de 1917, os Estados Unidos declarariam guerra ao Império Alemão (em 6 de abril de 1917), seguido por Cuba e Panamá. Países como Costa Rica, Haiti, Nicarágua e Honduras declarariam estado de guerra somente em 1918. Outros países como República Dominicana, Peru, Bolívia, Uruguai, El Salvador e Equador, romperiam as relações diplomáticas sem declarar guerra. Os demais, como Argentina Chile, México, entre outros, permaneceriam neutros. A iniciativa norte americana em declarar guerra foi um dos fatores a influenciar a posterior decisão brasileira.

O Brasil, por ter à época uma estrutura militar deficitária, tanto do Exército quanto da Marinha de Guerra, não tinha condições de uma participação bélica efetiva e significativa. Conseguiu, porém,

organizar e enviar uma Divisão Naval para patrulhar a costa ocidental da África, uma missão médica militar e um grupo de oficiais do exército para a França; e um grupo de aviadores navais para treinamento, e posterior atuação em combate na Grã-Bretanha, Itália e EUA” (DAROZ, 2016, p. 11).

Essa participação brasileira na Primeira Guerra Mundial levou ao envolvimento de cerca de 2.000 efetivos, com a morte de em torno de 200 brasileiros, fato que também não deveria ser esquecido em nossa memória nacional.

Essas ações permitiram garantir mais que simbolicamente a presença do Brasil nessa guerra, podendo assim, após finalizados os conflitos, participar das conferências de paz com três delegados brasileiros. Isso marcou um aumento da importância e visibilidade do Brasil no panorama das relações internacionais.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada foi qualitativa, documental e bibliográfica, com consulta a textos da historiografia disponível, artigos científicos, periódicos e imprensa da época. O material utilizado nas consultas está descrito no item “Referências”. Não foram realizados estudos de campo nem entrevistas pessoais.

Para o estudo e análise da situação mundial e europeia do final do século XIX até 1914, foram utilizados em especial os trabalhos de Eric Hobsbawm: “A era dos Impérios”, e “A Era do Capital”, em que se descreve um amplo panorama histórico mundial, do ponto de vista social e econômico

Para os detalhes específicos dos acontecimentos militares europeus foram utilizados também em especial os trabalhos de Margaret Macmillan: “A Primeira Guerra Mundial”, e de Lawrence Sondhaus: “A Primeira Guerra Mundial”. Para o estudo e análise da situação política e econômica do Brasil nesse período, foi utilizado o trabalho de Boris Fausto: “História do Brasil”. Para os detalhes dos acontecimentos militares brasileiros foi utilizado o trabalho de Carlos Daróz: “O Brasil na Primeira Guerra Mundial: A longa travessia”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser o episódio da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial acontecimento pouco conhecido e estudado na nossa historiografia, há muito espaço para novas contribuições ao tema. Procuramos nesse artigo desenvolver de forma sucinta um dos temas de interesse desse episódio, que seria justamente o “de como e por que tudo começou”.

As causas dessa participação podem ser resumidas nos fatos de que: O ambiente cultural e econômico, tanto interno quanto internacional, somado ao exemplo dos Estados Unidos em participar da guerra, mais as manifestações nacionalistas e a pressão da imprensa, resultantes dos eventos diretos de torpedeamento de navios brasileiros, levaram o governo, mesmo que de forma tardia, a deixar sua posição de neutralidade, e reconhecer o estado de guerra com o Império Alemão.

Essa participação brasileira na Primeira Guerra Mundial levou ao envolvimento

de cerca de 2.000 efetivos, com a morte de em torno de 200 brasileiros, fato que também não deveria ser esquecido em nossa memória nacional.

Outra consequência importante foi o de que as ações militares permitiram marcar mais que simbolicamente a presença do Brasil na guerra, podendo assim nosso país, após finalizados os conflitos, participar das conferências de paz enviando três delegados brasileiros. Isso marcou um aumento da importância e visibilidade do Brasil no panorama das relações internacionais.

A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial transformou o país em vários aspectos, que não detalharemos nesse artigo, mas que causaram diversas consequências nos períodos históricos subsequentes, e que levaram, por exemplo, ao incremento de nossa industrialização nos anos 20, ao surgimento do movimento tenentista, à queda da Primeira República, à Revolução de 30, ao Estado Novo, à participação brasileira na 2ª guerra, e finalmente, numa sequência histórica de causa e efeito, aos acontecimentos do golpe civil-militar de 1964. Faz parte, portanto, e de forma fundamental, da historiografia que permite entendermos o nosso presente.

5. REFERÊNCIAS

5.1 Fontes documentais

1-Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914 que estabeleceu regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre potências estrangeiras.

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>>.

Acesso em 19 set 2020.

2-Decreto nº 12.533, de 28 de junho de 1917 que revoga os decretos de neutralidade.

Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12533-28-junho-1917-530678-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

Acesso em 19 set 2020.

3-Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917 que reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil.

Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto->

[3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html](https://doi.org/10.3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html)>.

Acesso em 19 set 2020.

5.2 Bibliografia

BELOTTI, Karina Kosicki. **História, Política, Economia e Sociedade no século XX**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

DARÓZ, Carlos . **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2016.

FAUSTO, Boris . **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

HAAG, Fernanda Ribeiro.; GUERELLUS, Natália Santanna. **História e Historiografia do Brasil República**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACMILLAN, Margaret. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Ed. Globo Livros, 2014,

SANTOS, Lara Taline dos. **História da América: das independências à globalização**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial**, Editora Contexto, 2014.